

Dívida federal deve reverter quadro de estabilidade

Fernanda Bompan

A estabilidade verificada até o mês de abril do estoque da dívida pública federal deve ser reverter nos próximos meses e apresentar uma piora no quadro. Segundo especialistas, a tendência de aumento da taxa básica de juros (Selic) sinalizada pelo Banco Central (BC) e a necessidade de financiamento público com as desonerações de impostos podem fazer com que o endividamento alcance os R\$ 2 trilhões mais rapidamente do que foi em 2012.

No ano passado, essa marca foi atingida no final do ano e desde então vem se reduzindo até atingir R\$ 1,940 trilhão no mês passado. A expectativa do Tesouro Nacional, pelo Plano Anual de Financiamento (PAF) é de que a dívida possa chegar a R\$ 2,24 trilhões. Contudo, segundo o professor da ESPM Adriano Gomes, pelo cenário atual esse patamar pode ser ainda maior.

"O impacto do aumento dos juros ainda não se configurou, mas conforme sinalização do BC que vai aumentar a taxa Selic, a partir deste ponto que estamos (mês de abril) não existe mais estabilidade e a dívida começa a piorar, podendo chegar ainda mais rápido aos R\$ 2 trilhões", disse o especialista.

Ele alerta ainda para o fato de que a queda das Bolsas de Valores no mundo todo ontem - após a desconfiança da indústria da China na retomada de sua economia, além da declaração de membros do Federal Reserve (Fed, banco central norte-americano) de que estão dispostos a reduzir os estímulos econômicos dos EUA - pode fazer com que aumente a pressão inflacionária aqui no Brasil - oferta, afetada pelo cenário internacional, não consegue atender a demanda, que está sendo estimulado pelo governo federal. "Esta situação fará com que, o Banco Central possa ter que subir os juros mais fortemente e a Selic chegue aos 9% ao ano, o que impacta ainda mais a dívida pública", entende Gomes.

No entanto, o coordenador geral de Operações da Dívida Pública, Fernando Garrido, disse que a DPF encerrará o ano acima de R\$ 2,1 trilhões, limite mínimo da banda estabelecida pelo governo, mesmo com o registro elevados volumes de vencimentos (acima de R\$ 50 bilhões) de títulos que financiam o endividamento em maio, julho e setembro.

Em abril

O estoque da dívida pública federal (DPF) ficou praticamente estável no mês passado ante março, segundo informou o Tesouro ontem. O volume reduziu, em termos nominais, de 0,01%, passando de R\$ 1.940,53 bilhões, para R\$ 1.940,31 bilhões.

A Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) teve seu estoque reduzido em 0,002%, ao passar de R\$ 1.851,82 bilhões para R\$ 1.851,79 bilhões, devido ao resgate líquido no valor de R\$ 15,61 bilhões, compensado, em parte, pela apropriação positiva de juros no valor de R\$ 15,58 bilhões.

Com relação ao estoque da Dívida Pública Federal externa (DPFe), houve redução de 0,02% sobre o estoque apurado no mês de março, encerrando abril em R\$ 88,53 bilhões (US\$ 44,22 bilhões), sendo R\$ 75,52 bilhões (US\$ 37,73 bilhões) referentes à dívida mobiliária e R\$ 13,01 bilhões (US\$ 6,50 bilhões), à dívida contratual.

Em relação à composição da dívida total, houve aumento na participação da DPMFi, passando de 95,43% em março, para 95,44% em abril. Em contrapartida, a DPFe teve sua participação reduzida de 4,57% para 4,56%.

Um lado negativo da divulgação de ontem é que a parcela dos títulos com remuneração prefixada passou de 38,74% em março, para 37,85% em abril. Esses papéis são preferíveis pelo governo e pelos investidores porque ambos saberão exatamente o valor no momento do resgate.

Já a participação dos títulos indexados a índice de preços apresentou aumento, passando de 36,20% para 36,75% . Os títulos remunerados por taxa flutuante (Selic), por outro lado, tiveram sua participação reduzida de 20,62% para 20,99%.

Garrido negou que a demanda por títulos prefixados tenha caído depois que o BC reajustou a taxa Selic. "As taxas de juros [dos papéis prefixados] têm oscilado, mas, em termos de demanda, não observamos nenhuma dificuldade na venda de títulos prefixados nos últimos meses", disse.

Com relação ao perfil, o Tesouro informou que o tempo que o governo leva para renovar completamente a dívida federal bateu recorde em abril. O prazo médio da DPF atingiu 4,22 anos no mês passado, o maior intervalo desde 2005, quando o órgão começou a registrar a série histórica. Em março, o prazo médio tinha atingido 4,18 anos. Prazos mais longos são favoráveis ao Tesouro porque dão ao governo mais tempo para planejar e executar as operações de rolagem (renegociação) da dívida pública.

O percentual de vencimentos da dívida para os próximos 12 meses apresentou redução, passando de 25,64% em março, para 25,52% em abril. Quanto menor o volume a vencer no curto prazo, mais fácil se torna a administração da dívida pública.

A vida média³ do endividamento total, a qual indica o prazo remanescente apenas do principal da dívida pública, passou de 6,72 anos para 6,80 anos.

Fonte: DCI, São Paulo, 24 maio 2013. Caderno A, p. A3.